

## Fundamentos teórico-metodológicos da extensão rural – quais fundamentos?

*Vivien Diesel*<sup>1</sup>

*Marcelo Miná Dias*<sup>2</sup>

### **Qual realidade conta<sup>3</sup>?**

Ao se discutir as questões relativas aos “fundamentos da disciplina extensão rural” é necessário definir, como ponto de partida, o que estamos considerando como “extensão rural” para fins desta análise. Entendemos que, para os objetivos acadêmicos do II Seminário Nacional de Ensino de Extensão Rural, cabe-nos partir de um conceito amplo, pois que nos importa, justamente, identificar a diversidade dos seus fundamentos.<sup>4</sup>

Um tipo de abordagem presente na literatura tem sido distinguir “extensão agrícola” de “extensão rural”. Nesta proposta de distinção parte-se do suposto de que enquanto a extensão agrícola trata essencialmente de aspectos relacionados à efficientização técnica e econômica dos processos de produção agropecuária, a “extensão rural”

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal de Santa Maria.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, professor da Universidade Federal de Viçosa, [mi-nad@ufv.br](mailto:mi-nad@ufv.br).

<sup>3</sup> Reconhecemos inspiração no título da obra de Robert Chambers “Whose Reality Counts?”.

<sup>4</sup> Este texto tem caráter provocativo. Seu objetivo é suscitar o debate, no âmbito das atividades do II SNEER, sobre os fundamentos teórico-metodológicos da disciplina extensão rural. Para tanto, fizemos uma opção argumentativa, o texto tende a abordar fundamentos teórico-metodológicos da extensão rural e, a partir desses, enunciar suas derivações para a questão do ensino em extensão rural. O aprofundamento desta parte do debate, a nosso ver, cabe à dinâmica das discussões do GT “Fundamentos da disciplina extensão rural”.

integra-se à diversidade das intervenções orientadas à promoção de maior sustentabilidade, dinamismo econômico e equidade social no meio rural.<sup>5</sup>

Considerando que as problemáticas enfrentadas pelos moradores e agricultores rurais são diversas – permeadas pela cultura, contexto sócio-econômico e ambiental – as prioridades da ação para o desenvolvimento sustentável podem relacionar-se tanto a questões da produção, como da saúde, da reivindicação e acesso a direitos políticos, promoção da inovação tecnológica, dentre outras.

Uma vez definido este ponto de partida, podemos iniciar a reflexão nos perguntando sobre quais ações estão sendo consideradas prioritárias para aqueles que, hoje vem sendo considerados como beneficiários das políticas públicas. Tomando a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, como referência, seu artigo 5º explicita que:

“São beneficiários da Pnater:

I – os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e

II – nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei”.

Chama a atenção, nesta redação, a ênfase auferida aos “povos e comunidades tradicionais”.<sup>6</sup> Entende-se que tal postura reforça uma decisão política de priorizar este público, já revelada no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Neste decreto definem-se os fundamentos da intervenção pública:

“I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

---

<sup>5</sup> Esta distinção aparece em texto de Rivera *et al.* (2001), ao tratar das perspectivas da extensão rural em nível internacional, como estratégia para chamar a atenção para um processo, julgado recente, de redefinição e ampliação da agenda extensionista. Em texto recente de Rivera e Sulaiman (2009, p. 271) a temática foi retomada afirmando-se que as: “[...] instituições de extensão, hoje em dia, estão sendo chamadas a enfrentar os temas sociais que não são estritamente vinculados aos assuntos agrícolas ou produtivos [...] como os relacionados à saúde (especialmente a AIDS), população, meio ambiente e sustentabilidade, ou seja, temas não relacionados apenas à produtividade e à rentabilidade oriunda dos vínculos dos agricultores como os mercados”.

<sup>6</sup> Extensionistas rurais, atuando em organizações públicas de extensão rural, podem não perceber esta ênfase no trabalho com populações tradicionais. Entretanto, uma simples busca no Google, a partir da expressão “noticias ATER”, revela a prioridade ou publicidade dada atualmente às ações junto a este público.

“II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]; e

“III – Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras”.

Podemos prosseguir na reflexão examinando algumas análises sobre grupos que compõe os povos e comunidades tradicionais, observando a condição quilombola, por exemplo. Os levantamentos realizados elucidarão que se trata de mais de 3.000 comunidades dispersas pelo meio rural brasileiro.<sup>7</sup> As organizações quilombolas elucidarão que estas comunidades vêm-se ameaçadas de perda de seu território devido, principalmente, ao não reconhecimento legal de seus direitos sobre esta terra. Assim, uma das prioridades de intervenção junto às comunidades quilombolas tem sido a regularização fundiária. Entretanto, um exame mais cuidadoso evidencia que este processo extrapola em muito a ação meramente técnico-administrativa de demarcação e reconhecimento legal do território. Para que o reconhecimento deste território seja reivindicado formalmente ao poder público há necessidade de que a comunidade “se reconheça” como quilombola – trata-se de assumir uma identidade que, para muitos, não é evidente ou que, historicamente, procuram negar com vistas ao favorecimento de sua inserção social em sociedades altamente discriminadoras.<sup>8</sup> Como trabalhar a “adesão a uma identidade” que, a princípio, é negada e que se coloca como uma demanda externa ao grupo, mas que visa favorecê-lo? Quais os fundamentos éticos e teórico-metodológicos que subsidiam esta intervenção a partir da ação extensionista?

Examinemos a situação de outros grupos considerados povos ou comunidades tradicionais como aqueles que dependem do extrativismo vegetal ou animal – os “pescadores artesanais”, por exemplo. No caso destes grupos nos chama a atenção a particularidade de sua estratégia de sobrevivência, baseada na exploração de recursos “ofertados pela natureza”, que têm aceitação no mercado. Estes grupos se revelam em condição de alta vulnerabilidade tendo em vista que a oferta natural dos produtos é condicionada por dinâmicas ecológicas que são naturalmente irregulares e que são sensíveis a

---

<sup>7</sup> Na página da Internet da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial consta que o “Levantamento da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, mapeou 3.524 dessas comunidades. De acordo com outras fontes, o número total de comunidades remanescentes de quilombos pode chegar a cinco mil” (Captura do texto em nov. de 2010).

<sup>8</sup> As considerações aqui apresentadas sobre comunidades quilombolas partem da apropriação de fragmentos de um esforço de reflexão muito dinâmico no Brasil, no qual destacamos os trabalhos de Arruti (1997), Leite (2000), Agier e Quintin (2003), Santos e Doula (2008) e Lifschitz (2008).

modificações ambientais em ecossistemas vizinhos ou relacionados. Assim, frequentemente há referências de conflitos envolvendo populações extrativistas que se vêem prejudicadas pela poluição ambiental de origem industrial, por exemplo. Do mesmo modo, muitas vezes são dependentes de “concessões informais de uso dos recursos” que se encontram em território privado (de terceiros) ou são convertidos em áreas públicas a serem preservadas. Nestes casos, mudanças na titularidade do proprietário ou disposição de alteração na forma de uso da terra implicam ameaça aos recursos explorados e, frequentemente, ao modo de vida de populações tradicionais.<sup>9</sup> Para assegurar modos de vida tradicionais vêm sendo criadas modalidades de unidades de conservação de uso sustentável (como “reservas de desenvolvimento sustentável” e “reservas extrativistas”, que em 2007 somavam 9.572.300 ha e 10.638.500 há, respectivamente).<sup>10</sup> Nestes casos o desafio das ações extensionistas coloca-se na viabilização econômica das famílias por meio da exploração sustentável de recursos que, muitas vezes, estão na condição de propriedade coletiva. A exploração coletiva, por sua vez, coloca o desafio do resgate, revisão e institucionalização de normas coletivas de uso dos recursos e criação de sistemas de garantia de seu cumprimento. A que fundamentos teórico-metodológicos haveremos de recorrer para realizar este trabalho de extensão rural?

Como parte da análise da situação dos povos e comunidades tradicionais, ao considerarmos a realidade de agricultores familiares, não há como desconsiderar e desconhecer a heterogeneidade interna desta categoria. Devido a esta heterogeneidade interna, identificam-se situações em que famílias viabilizam sua reprodução econômica a partir de uma produção especializada, altamente tecnificada e orientada majoritariamente ao mercado, havendo interesse dos poderes públicos no fortalecimento desta estratégia.<sup>11</sup> As leituras clássicas sobre a situação destas famílias revelam sua dependência da “eficientização” (técnico-econômica) dos processos produtivos. Nestas condições, interessa-lhes a aproximação com organizações de pesquisa e assistência técnica como for-

---

<sup>9</sup> Uma aproximação a diversidade de conflitos socioambientais envolvendo populações tradicionais pode ser obtida pela consulta aos relatos apresentados no I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental (Herculano; Pacheco, 2006), ou relatórios organizados com este fim (Ribeiro; Pacheco, 2007 ou Pacheco, 2010).

<sup>10</sup> MMA. Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil. Brasília, 2007. Serie Áreas Protegidas do Brasil, 5.

<sup>11</sup> As análises do Censo Agropecuário de 2006 apresentadas por Guanzirolí *et al.* (2010) confirmam a elevada heterogeneidade interna da categoria agricultura familiar ao revelar que um pequeno grupo dentre os agricultores familiares (caracterizado como “Grupo A”), que soma cerca de 10% do total do número de estabelecimentos familiares, é altamente especializado e concentra quase 70% do valor bruto da produção da categoria. Para uma tipologia de formas ou modos de agricultura familiar Cf. Ploeg (2008).

ma de acesso a informações técnicas e econômicas oportunas e relevantes para o aperfeiçoamento de seus sistemas produtivos e para acesso a políticas públicas. A que fundamentos teórico-metodológicos recorreríamos para realizar este trabalho?

Dentro da mesma categoria de agricultores familiares identificamos outro grupo de famílias que se orienta por um tipo de dinâmica que envolve a auto-suficiência alimentar da própria família e o abastecimento de mercados locais de alimentos. Estas famílias buscam prioritariamente, indicam estudos recentes, garantir boas condições e capacidade de reprodução socioeconômica do seu modo de viver e de produzir.<sup>12</sup> Parte importante delas vivencia processos de transição agroecológica, em contextos que há dificuldades para obter apoio público a esta estratégia, uma vez que as informações, os recursos e competências técnicas nesta área são escassos.<sup>13</sup> A extensão rural, ao se aproximar desta problemática, poderia recorrer a quais fundamentos teórico-metodológicos para se relacionar com estes agricultores familiares? Os fundamentos recomendados no caso anterior seriam desejáveis neste caso?

Poderíamos prosseguir analisando as dificuldades dos assentados, dos povos indígenas, das diversas populações ribeirinhas e, possivelmente, se revelariam novos matizes da realidade, novas prioridades da ação educativa extensionista orientada à viabilização da reprodução socioeconômica dos beneficiários da política pública.

Vamos argumentar, na sequência, que os desafios enumerados não esgotam a complexidade da ação extensionista. Propomos, neste momento, chamar a atenção para o fato de que as reflexões apresentadas anteriormente tomaram como princípio as ações extensionistas relacionadas à viabilização socioeconômica das famílias. Além destas, que se referem a “ótica dos interesses das famílias beneficiárias”, distingue-se a ótica dos interesses do “poder público” – o que amplia a agenda de mudanças a serem consideradas e promovidas. Uma vez que, em tese, cabe ao Estado assegurar a prevalência dos interesses coletivos de longo prazo frente aos interesses particulares de curto prazo,

---

<sup>12</sup> Em Wanderley (2009) temos um instigante resgate da historicidade da categoria “agricultura familiar” sob a perspectiva da concepção de rural como “espaço de vida” em interação com os espaços urbanos, no qual se configuram sociabilidades que tornam indissociáveis os modos de vida e as estratégias produtivas e reprodutivas das famílias.

<sup>13</sup> Schmitt (2009) e Ferrari (2010), por exemplo, apresentam e discutem as características gerais dos processos de transição agroecológica. Embora focado em um estudo conduzido na Zona da Mata Mineira, o estudo de Ferrari (2010) evidencia a diversidade de estratégias presentes entre grupos de agricultores familiares que transitam para a agroecologia em contexto nem sempre favoráveis às estratégias que adotam.

constitui-se uma agenda de mudança específica do poder público – a qual cabe ao extensionista, que trabalha em nome do interesse público, implementar.

Um dos desafios que queremos aqui mencionar refere-se à contribuição extensionista para os processos de democratização política que implicam promoção da organização política e reconhecimento de direitos de categorias e grupos sociais mais amplos (comunidades, localidades, municípios, territórios). Além das questões relativas à construção da identidade política, explicitação e reflexão sobre interesses coletivos, este trabalho também implica reconhecimento das institucionalidades políticas estabelecidas e seu funcionamento.<sup>14</sup> Neste campo de intervenção, como poderíamos negar a contribuição extensionista na construção dos Conselhos, dos Planos Municipais e Territoriais de Desenvolvimento? Em que medida este trabalho requer referenciais teórico-metodológicos específicos para a ação extensionista?

Por fim, deixando de abordar questões de gênero, geração ou pobreza, entre outras, mencionamos o destaque que vem sendo dado à agenda ambiental, com os programas de conservação do solo, de restauração de matas ciliares, de gestão de microbacias hidrográficas, de preservação da biodiversidade, entre outros. Neste sentido, cabe reconhecer a importância que os programas de desenvolvimento em microbacias hidrográficas tiveram para algumas organizações estaduais de extensão rural nas regiões sul e sudeste na última década e, também, os esforços de reflexão teórico-metodológicas para intervenção neste âmbito.<sup>15</sup>

### **Fazendo escolhas...**

---

<sup>14</sup> Está fora do escopo deste texto a realização de uma revisão sobre as implicações da inserção desta temática na agenda extensionista, mas podemos tomar como referência a importância que esta temática recebeu no processo de formação de seu quadro, promovido pela EMATER-MG através do Projeto Inovar. Neste processo de formação gerou-se uma publicação específica intitulada “Projeto Inovar: Sistema de Planejamento Participativo e Gestão Social. Dicionário do Extensionista, em que o Volume 3, intitulado “Gestão social”, publicado em 2005, é totalmente dedicado a fornecer subsídios e orientações para atuação extensionista neste âmbito.

<sup>15</sup> Os “projetos microbacias” constituíram-se tema central de um seminário realizado em Campinas em setembro de 2008. Naquela ocasião foram apresentadas as experiências de São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro com “projetos de microbacias”, todas com financiamento do Banco Mundial. As reflexões sobre estas iniciativas constam tanto em relatórios institucionais das entidades participantes quanto em dissertações e teses acadêmicas que tomam esta experiência como objeto de estudo. Merece destaque o esforço de Navarro (2008) em sintetizar os “aprendizados” possíveis a partir da experiência de Santa Catarina e São Paulo.

O que se passa, então, na formação em extensão rural que se realiza na Universidade? Em resposta a esta questão vamos argumentar que, consciente ou inconscientemente, temos feito escolhas que repercutem na trajetória profissional dos egressos.

Para entender a trajetória profissional do egresso há de se retomar a importância dos processos de identificação social na atuação dos extensionistas. Uma vez tomando contato com uma sociedade rural heterogênea, pressupõe-se que o profissional tenderá a se aproximar daqueles grupos que ele tem condições de “distinguir” e que imagina ter algum tipo de conhecimento, habilidade ou competência para ofertar em termos de assistência, assessoria ou apoio. À “distinção” segue um processo de “decodificação” da realidade vivenciada pelo grupo e do trabalho “extensionista” a ser realizado junto a ele.<sup>16</sup> Que grupos ou categorias sociais nossos egressos têm condições de “distinguir e decodificar” na realidade rural complexa e heterogênea<sup>17</sup> a partir de sua formação universitária?

Estudiosos da formação universitária nas Ciências Agrárias têm apontado para a tradicional ênfase curricular na problemática vivenciada pela agricultura patronal ou empresarial.<sup>18</sup> Podemos considerar que a disciplina de extensão rural, ao atribuir certa ênfase à agricultura familiar, frequentemente destoa desta tendência hegemônica<sup>19</sup>. Procedendo desta maneira, poderíamos pensar que haveria maior oportunidade de identificação do profissional egresso com esta categoria. Entretanto, estaria o egresso em condições de identificar a heterogeneidade interna desta categoria e entender a especificidade de suas estratégias de reprodução social e econômica em ambientes específicos para contribuir para a melhoria das condições de vida e de produção destas famílias e

---

<sup>16</sup> Moreira (2003) chama a atenção para o fato de que compreender a diversidade de representações sociais sobre o rural implica adentrar o ambiente complexo e interdisciplinar da construção de conhecimento, inclusive daquele necessário à ação extensionista que se autodenomina educativa.

<sup>17</sup> Santos e Doula (2008, p.82) ao estudar as políticas públicas para comunidades quilombolas apontam: “Os dados aqui apresentados sinalizam para o fato de que a falta de preparo dos agentes de desenvolvimento configura-se um fator relevante na invisibilidade que marca essas comunidades no cenário local.” Sobre a construção social da invisibilidade de grupos sociais é importante a leitura de Souza (2006).

<sup>18</sup> Capdeville (1991) e Mendonça (1998) realizaram estudos que nos convidam a refletir sobre contextos, forças sociais e interesses corporativos que posicionaram, ao longo do tempo, a formação acadêmica em Ciências Agrárias próxima aos desejos de elites e classes hegemônicas vinculadas ao patronato rural. Estudo de caso recentemente conduzido por Duarte e Anjos (2009) apontam a manutenção desta tendência. Em Cavallet (1999) o foco é direcionado à formação do engenheiro agrônomo, enfatizando as características curriculares e educacionais deste processo.

<sup>19</sup> A relação da extensão rural com a afirmação política da categoria “agricultura familiar” é explorada por Neves (2005) Recomenda-se a leitura de Almeida (2007) para compreender este argumento de modo mais detido e Callou et al. (2008) para maior conhecimento da orientação hegemônica no ensino da extensão rural no Brasil.

também com o desenvolvimento dos territórios em que vivem? Consideramos que ao pensar sua intervenção profissional, o egresso faz uma “decodificação” da realidade vivenciada por estes agricultores familiares que tende a ser aproximada àquela realizada para a agricultura empresarial, pois aí se manifesta o “peso” da formação hegemônica nas Ciências Agrárias, de modo que o viés tecnicista e o reducionismo econômico possivelmente restringem sua capacidade perceptiva da complexidade e orientam as propostas de intervenção.

Tal dinâmica de identificação com os grupos e categorias que mais se aproximam à racionalidade da agricultura empresarial materializa o foco e a seletividade dos beneficiários da política pública e não contribui para o alcance de objetivos sociais como a busca pela maior equidade social, pois que as necessidades dos grupos mais vulneráveis são ignoradas.<sup>20</sup>

Convém reconhecer que muitas das insuficiências dos processos de formação extensionista têm sido apontadas por estudiosos e alguns consensos sobre mudanças necessárias já foram construídos. Um forte consenso refere-se à necessidade de que o extensionista adote uma postura democrática, evitando comportamentos autoritários do tipo “*top-down*”, característicos da orientação balizada pelos princípios teórico-metodológicos da difusão de inovações. A postura “*bottom-up*”, de atenção às especificidades e desejos locais (e de consideração e viabilização da capacidade/poder local de decisão frequentemente associada ao uso de “metodologias participativas”) afirma-se como princípio incontestado.<sup>21</sup> Cabe, assim, considerar em que medida estas reorientações são suficientes para a superação dos limites anteriormente apontados.

Vamos argumentar que a internalização de referenciais das “metodologias participativas” pelo egresso não seria suficiente para levá-lo a adoção de um comportamento que resulte necessariamente na sua identificação com os grupos mais vulneráveis. Supomos que o resultado mais plausível de uma formação “clássica” em “metodologias participativas” seria uma atuação em maior conformidade com a demanda dos agriculto-

---

<sup>20</sup> Convergem, assim, com vieses que também se manifestam em certas políticas públicas para o meio rural. Para ilustrar este argumento em Mattei (2006) encontramos exemplos de estudos que demonstram que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ao longo de sua trajetória de implementação, tendeu a selecionar os agricultores familiares mais capitalizados, integrados a mercados e politicamente organizados.

<sup>21</sup> Há vasta literatura sobre este tema. Jensen (2000) o contextualiza de modo próximo ao que estamos discutindo neste texto. No caso brasileiro, a leitura de Medeiros e Borges (2007) nos ajudar a entender os termos do debate local sobre a participação em instituições públicas de extensão rural.

res organizados em coletivos (que pode ser mais ou menos problematizada, segundo a matriz teórica que orienta sua intervenção participativa – mas que seria caracteristicamente pouco crítica em relação às demandas do grupo). Possivelmente, caso viesse a desenvolver uma atuação no “âmbito tecnológico”, teria maior sensibilidade para fatos sociais e culturais que afetam as decisões dos agricultores e valorizaria sua contribuição na geração de novos conhecimentos. Além disso, possivelmente estaria mais sensível às necessidades de uma intervenção orientada, basicamente, a promover a democratização da gestão pública e inclusão das organizações da sociedade civil na gestão das políticas para a agricultura familiar.<sup>22</sup> Mas, trabalhar a “agricultura familiar” de modo genérico é suficiente?

Assim, entende-se que o deslocamento de um referencial “difusionista” para um referencial “participativo” não gera, automaticamente, maior possibilidade de identificação com os grupos em condição de maior vulnerabilidade social e nem habilita, necessariamente, para distinguir questões ambientais ou de discriminação étnica ou de gênero que, porventura, se colocam como relevantes em dada realidade. Além disso, não qualifica, necessariamente, os processos de decodificação e de intervenção nas realidades vivenciadas pelos grupos sociais mais vulneráveis. Existem várias barreiras a superar pois as populações tradicionais muitas vezes têm um modo de vida tão peculiar que podem ser percebidas pelos nossos egressos como “outros” – aqueles cuja realidade não lhes diz respeito ou que não tem condições de “decodificar”.

Frente ao que foi anteriormente exposto sustentaremos que para que a intervenção extensionista corresponda ao que é esperado em termos da promoção do desenvolvimento sustentável, garantindo avanços em justiça social, é necessário ir um pouco além. Haveríamos de ter a possibilidade de que o extensionista se identificasse, também, com o “outro” – aquele que não é seu igual, se apropriando de elementos que ampliem sua capacidade de decodificação da realidade vivenciada por estes grupos e de instrumentos teórico-metodológicos que possibilitam a intervenção diferenciada. Do mesmo modo, haveria de ter sensibilidade e capacidade profissional para ir além das questões que dizem respeito ao âmbito da produção agropecuária.

---

<sup>22</sup> Tal argumentação é sustentada no exame da orientação hegemônica das principais cartilhas tomadas como referência para a divulgação das “metodologias participativas” na extensão rural incluindo-se, por exemplo: Verdejo (2006), Ruas *et al.* (2006), EMATERCE (2006), Kummer (2007) e Instituto Giramundo Mutuando (2009).

Por fim, sustentaremos a necessidade de rever nossa agenda de discussão sobre o ensino da extensão rural. Em geral, ao discutirmos o ensino da extensão rural, temos ressaltado as insuficiências de nosso egresso e trabalhado com modelos dicotômicos de referência para a formação do extensionista. Esta característica é reveladora, em certo sentido, das nossas dificuldades de lidar com a complexidade das situações concretas relativas à atuação extensionista, fato que nos conduz a simplificações ou, em outros casos, a tratamento genérico de temas complexos. Uma vez que se percorre a diversidade de problemáticas, como foi ensaiado neste texto, evidencia-se que temos encontrado dificuldade de delimitar os fundamentos e as fronteiras do trabalho extensionista. Associado a este problema, e derivado dele, podemos ter preferido refletir o todo dos desafios da extensão a partir da análise da parte, ou seja, desenhamos o perfil ideal de extensionista a partir da reflexão sobre sua atuação junto a grupos ou temáticas específicas.

A questão que propomos para o debate é a seguinte: o que seria o “novo profissionalismo” na extensão? As referências teórico-metodológicas dicotômicas seriam suficientes para orientar uma prática que se estende, por exemplo, a problemáticas tão diversas quanto a promoção do desenvolvimento agrícola, do equilíbrio ambiental e do etnodesenvolvimento? Não seria o momento de avançar na definição de referenciais mais específicos em função da diversidade dos grupos sociais e das problemáticas inseridas na agenda extensionista? Quais as realidades contam para a disciplina de extensão?

## **Referências**

AGIER, M.; QUINTIN, P. Políticas, cultura y autopercepcion: las identidades en cuestion. **Estudos Afro-Asiaticos**, v.25, n.1, 2003.

ALMEIDA, J. **Ensino e pesquisa em desenvolvimento rural no Brasil**. Texto apresentado no painel “Ensino e Pesquisa em Desenvolvimento Rural” no Workshop Internacional Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Cone Sul, em 21 de novembro de 2007. Porto Alegre, 2007.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Maná**, v.3, n.2, p.7-38, 1997.

CALLOU, A. B. F.; LEITÃO, M. R. F. A.; PIRES, M. L. L. e S.; SANTOS, M. S. T. **O estado da arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil**: relatório de pesquisa. Recife: Gráfica Artimpresso, 2008.

CAPDEVILLE, G. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1991.

CAVALLET, V. **A formação do engenheiro agrônomo em questão**: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. São Paulo, 1999, 142p. Tese em

Educação (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, São Paulo.

DUARTE, M. A.; ANJOS, F. S. dos. A formação da consciência crítica dos acadêmicos do Curso de Agronomia – UTFPR: o estágio curricular como indicador. **Revista Extensão Rural**, ano XVI, n18, jul./dez. 2009.

EMATERCE. **Assistência Técnica e Extensão Rural: Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável**. Fortaleza: EMATERCE, 2006.

FERRARI, E. A. **Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica**. Viçosa, 2010, 120p. Dissertação em Extensão Rural (Mestrado). Curso de Mestrado em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A.; DI SABBATO, A. Agricultura Familiar: uma análise comparativa 1996-2006. 48º Congresso SOBER. **Anais...** Campo Grande-MS: SOBER, 2010.

HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.) Racismo Ambiental. I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental. **Anais...** Rio de Janeiro: FASE, 2006.

INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO. **Programa de Extensão Rural Agroecológica (PROGERA)**. Agroecologia. Botucatu, SP: Giramundo, 2009. Cadernos Agroecológicos.

JENSEN, M. J. **Participation and empowerment: Rational realities: whose knowledge counts?** - The importance of anthropology as anthropology in development. Denmark: Aarhus University, 2000. (Paper in "Approaches to Development").

KUMMER, L. **Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar**. Conceitos, ferramentas, vivências. Salvador: GTZ, 2007.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnografica**, v.IV, n.2, p.333-354, 2000.

LIFSCHITZ, J. A. Percursos de uma neocomunidade quilombola: entre a "modernidade" afro e a "tradição" pentecostal. **Afro-Ásia**, n.37, p.153-173, 2008.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: NEAD, 2006.

MEDEIROS, J. P.; BORGES, D. F. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. **RAP**, n.41, v.1, p. 63-81, jan./fev. 2007.

MENDONÇA, S. M. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOREIRA, R. J. Cultura, política e extensão rural na contemporaneidade. In: Thornton, R.; CIMADEVILA, G. (Eds.). **La extensión rural en debate: concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur**. Buenos Aires: INTA, 2003.

NAVARRO, Z. **Manejo de recursos naturais ou desenvolvimento rural? O aprendizado dos "projetos microbacias" em Santa Catarina e São Paulo (Versão final)**. 2008. Documento digital.

NEVES, D. P. Campesinato e reenquadramentos sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n.7, p.68-93, jul./dez. 2005.

PACHECO, T. **A Defensoria Pública e o mapa da injustiça ambiental no Brasil**. Conferência apresentada no Encontro Nacional de Defensoria Pública, Direitos Humanos e tutela Coletiva. Fortaleza, 24 de set. de 2010. Evento promovido pelo IBAP.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RIBEIRO, T.; PACHECO, T. **Mapa de conflitos causados por racismo ambiental no Brasil: levantamento inicial**. Junho 2007.

RIVERA, W. M.; QAMAR, M. K.; VAN CROWDER, L. **Agricultural and rural extension worldwide: options for institutional reform in the developing countries**. Rome: FAO, 2001.

RIVERA, W. M.; SULAIMAN, V. R. Extension: object of reform, engine for innovation. **Outlook on agriculture**, v.38, n.3, p.267-273, 2009.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia Participativa de Extensão Rural para o desenvolvimento Sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2006.

SANTOS, A. DOULA, S. M. Políticas Públicas e Quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Revista Extensão Rural**, ano XV, n.16, p.67-83, jul./dez. 2008.

SCHMITT, Claudia J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés V. **Agroecologia e desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, J. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: Guia prático DRP. Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.